



PRODUÇÃO DO CORPO

Olhar-se de corpo inteiro no espelho é prática que remonta ao século XVI, mas durante muito tempo, até meados do século XX, registra-se que ficou reservada somente às classes mais abastadas. Mas o que importa, como aponta o historiador Gérard Vincent, é que, com a mirada ao espelho, homens e mulheres deixam de perceber sua identidade física a partir do olhar do outro e passam a contemplar-se a si mesmos, esquecidos talvez das lições de Narciso ou, quem sabe, atraídos por essa experiência sempre singular de ver-se, de amar, odiar ou simplesmente desejar a imagem do próprio corpo.

Quando Clarice Lispector escreve sobre “voltar ao próprio corpo”, em *Perito do coração selvagem*, narra a prosaica experiência da mulher diante do espelho e, como em todos os seus escritos, nos remete para além do cotidiano, devorando e decifrando mínimos acontecimentos, até devolvê-los na mais rica filosofia, na mais apurada reflexão psicanalítica: “Quando me surpreendo ao fundo do espelho assusto-me. Mal posso acreditar que tenho limites, que sou recortada e definida. Sinto-me espalhada no ar, pensando dentro das criaturas, vivendo nas coisas além de mim mesma. Quando me surpreendo ao espelho não me assusto porque me ache feia ou bonita. É que me descubro de outra qualidade”.

É exatamente dos limites, dos recortes, das definições, enfim, dos infinitos modos de produção do corpo que trata este número de *Educação & Realidade*. Os artigos selecionados, na trilha de tantos estudos sobre a vida privada, sobre a história do corpo e sobre as relações entre corpo e educação, partem da idéia de que o corpo é sobretudo histórico, está sempre mergulhado no político e, como nos ensinam Nietzsche e Foucault, é alvo principal das relações de poder e saber. Estas investem no corpo o que lhes é de mais caro, de modo a sempre deixarem marcas, dores, violência, padrões de beleza, gestos a cumprir, rituais a repetir – memória, enfim, sobre algo que é sempre maleável e inconstante, porém jamais tão instável que não seja possível às instituições justamente organizar e controlar, nomear e classificar, produzir desta e não daquela maneira.

Como tão bem expressou Antoine Prost no volume 5 da *História da vida privada*, pode-se dizer também que, desde meados do século XX, “o corpo se tornou o lugar da identidade pessoal. Sentir vergonha do próprio corpo seria sentir vergonha de si mesmo. As responsabilidades se deslocam: nossos contemporâneos se sentem menos responsáveis do que as gerações anteriores por seus pensamentos, sentimentos, sonhos ou nostalgias; eles o aceitam como se fossem impostos de fora. Em contraposição, habitam plenamente seus corpos: o corpo é a própria pessoa. Mais do que as identidades sociais, máscaras ou personagens adotadas, mais até mesmo do que as idéias e convicções, frágeis e manipuladas, o corpo é a própria realidade da pessoa. Portanto, já não existe vida privada que não suponha o corpo”¹.

Neste número, nosso propósito é trazer para a discussão esses três grandes problemas relativos ao duo corpo/educação: primeiro, o fato de o corpo ser maleável e disponível aos poderes e saberes; segundo, sua qualidade de ser plenamente histórico; finalmente, a centralidade do corpo na contemporaneidade, como lugar primeiro da produção das identidades. Nos três casos, remetemo-nos, certamente, à possibilidade da reescrita dos corpos, ou seja, a uma maleabilidade que não implica única e exclusivamente o assujeitamento. A propósito, poderíamos afirmar que o processo de criação da capa deste número de *Educação & Realidade* encarna, expõe e sintetiza a própria complexidade deste nosso tema em destaque, nos traços e cores de um corpo feminino, recriados, recortados e inúmeras vezes reelaborados pela artista plástica Vera Gliese, a partir de uma pintura de Munch – uma verdadeira “produção do corpo”.

Para abrir o Tema em Destaque, oferecemos o texto de Deborah Lupton, da Universidade Charles Sturt, na Austrália, “Corpos, prazeres e práticas do eu”, originalmente o capítulo 5 de seu livro *The imperative of health*. Fundamentada na teoria foucaultiana do poder, a autora descreve um conjunto de estratégias do Estado, para a regulação da saúde das populações, e, simultaneamente, as variadas formas de resistência ou de resposta dos indivíduos e grupos sociais. Utilizando também outras ferramentas teóricas, como a teoria psicanalítica, Deborah Lupton problematiza a própria argumentação de Foucault sobre modos de subjetivação, e dedica a parte inicial do texto a uma produtiva discussão sobre como pensar hoje as relações entre poder, subjetividade e práticas corporais. Afinal, pergunta-se a autora, que movimento é esse entre controle e autocontrole do sujeito, entre dimensões conscientes e não conscientes dos comportamentos e respostas dos indivíduos às múltiplas aprendizagens sobre o que devem fazer com seus corpos, o que devem fazer consigo mesmos?

Recorrendo a dados de alguns estudos e pesquisas sobre projetos oficiais de promoção de saúde nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Austrália, Deborah Lupton vai gradativamente complexificando sua argumentação sobre as tantas diferenças nas respostas dos sujeitos quanto ao que “devem fazer” com sua saúde – diferenças de gênero, sobretudo –, ao mesmo tempo em que nos mostra

a combinação indiscutível entre o que sugerem e praticam os programas oficiais e toda uma fórmula de saúde e ideal de corpo proposta pela sociedade mais ampla de mercado e pela cultura das *commodities*, isto é, das mercadorias: a vida, o corpo e a saúde como objetos também de consumo. Lupton analisa os inúmeros significados para os diferentes grupos, quanto à prática de esportes e exercícios, ao tratamento das doenças ou da prevenção de doenças, e nos leva a perguntar: seriam sempre opressivas as práticas do eu privilegiadas pelos discursos da saúde pública? Em que medida o cotidiano mais ínfimo das pessoas, sua vida mais íntima estariam sendo mobilizadas por imagens tão fortemente difundidas como a do corpo magro e esbelto?

Na parte final do texto, a autora traz uma curiosa discussão sobre o consumo de álcool e de cigarro, questionando a quase unanimidade de que seriam “em si” tão problemáticos assim, como fatores de risco à saúde; e sugere que pensemos sobre outros sentidos sociais e individuais envolvidos nessa prática – os quais poderiam, por exemplo, dizer respeito a uma busca de equilíbrio emocional, diante das inúmeras pressões do cotidiano. Toda essa reflexão encaminha-se para sugerir que se dê maior atenção às pulverizadas e mínimas práticas de resistência dos indivíduos, e que se problematizem as limitações e os julgamentos morais dos discursos oficiais, quase sempre apoiadores e reprodutores das desigualdades sociais.

A historiadora Denise Bernuzzi de Sant’Anna escreve especialmente para *Educação & Realidade* o artigo “Descobrir o corpo: uma história sem fim”, em que sublinha o quanto o corpo – aparentemente o que temos de mais “natural” e concreto – é eminentemente histórico, lugar de resistência e de afrontamento aos discursos e poderes, ao mesmo tempo que meio por excelência de marca e transmissão dos legados culturais e biológicos. A autora mostra que, embora a ocupação com o corpo e suas transformações não seja recente na história da humanidade, talvez se possa pensar que, a partir da década de 60, no ocidente, haveria uma preocupação relativamente mais acentuada com a saúde e com o bem-estar corporal, como se o corpo estivesse pela primeira vez sendo descoberto como lugar de identidade, como algo que se produz, como lugar de transformação em direção a um certo padrão de beleza e vitalidade, e ainda como lugar das mais ameaçadoras e brutais formas de violência.

Denise faz uma revisão de autores das mais diferentes áreas, que tenham tratado do corpo, de Marcel Mauss a Pierre Bourdieu, de B. Malinowski a Lévi-Strauss, de Margareth Mead a Michel Foucault, entre tantos outros, e vai pontuando os estudos e teorizações feitos a partir dos anos 60. Se nessa época os corpos marcavam um tempo de contestação das regras vigentes de moralidade e conduta sexual, é bem verdade que nos 80 o quadro é outro: há que se ter agora corpos performáticos e ousados, fabricados dentro de um certo sonho técnico e científico; e, mais recentemente, segundo a autora, talvez se possa falar em corpos estressados e “turbinados”, movidos por imagens que remetem a figuras

ora de concorrentes e negociadores espertos, ora de homens e mulheres angustiados com a mínima informação negativa sobre si mesmo, seu estado de saúde, as medidas do seu colesterol, e assim por diante. A autora conclui seu artigo sugerindo que, diante dessa riqueza inesgotável que são nossos corpos, há uma tarefa urgente (educacional?) de constantemente redescobri-los e mesmo de fabricá-los, indagando-nos em que medida esse trabalho de voltar-se sobre o próprio corpo estaria, para além de um isolamento de si, fortalecendo de modo mais criativo os laços sociais.

Guacira Louro, por sua vez, em “Corpo, escola e identidade”, inicia o artigo com a afirmação de que “o corpo parece ter ficado fora da escola”, a partir da qual tece toda a sua argumentação: no campo da educação, diz a autora, não só separamos corpo e mente, como – e principalmente – suspeitamos do corpo; mas longe de ignorar o corpo, todos os processos de escolarização na realidade estiveram sempre ocupados justamente em vigiar e controlar os corpos de todos nós, como ensina Michel Foucault em *Vigiar e punir*. Guacira vai adiante e indaga: de que marcas falamos quando dizemos que os corpos são marcados pela história? Que identidades são instituídas por tais materialidades? Esse processo seria assim tão “determinado”? Para a autora, trata-se de pensar a relação entre corpo, sexualidade e atribuição de identidade como um processo que necessariamente envolve disputas, hierarquias, classificações e diferenciações: ou seja, trata-se basicamente de poder e linguagem a marcar as identidades e as diferenças. O leitor é brindado nesse artigo com uma série de exemplos retirados de pesquisas recentes sobre o tema (no Brasil e em outros países), os quais remetem a uma sociedade (e a uma escola) absolutamente perturbada, por exemplo, com qualquer gesto de meninos e meninas, quando revelador da diferença, de uma suposta homossexualidade ou traição ao ideal masculino e feminino de existência e assim por diante. Ao concluir, a autora sugere que tomemos os conceitos de identidade sexual e de gênero na perspectiva desconstrutiva para, talvez, fazer ‘aparecerem’ aqueles corpos tratados como suspeitos ou mesmo bem pouco merecedores de visibilidade.

Originado da Tese de Doutorado em Educação de Silvana Goellner, o artigo “Mulheres em movimento: imagens femininas na *Revista Educação Física*” contém uma descrição e uma análise do primeiro periódico de Educação Física publicado no Brasil, e que esteve em circulação entre 1932 e 1945. O foco de atenção são as diferentes perspectivas de educar homens e mulheres, propostas nas páginas da revista, especialmente no que se refere à produção de um corpo feminino – produção que é inseparável de uma série de discursos, contraditórios entre si, os quais ora criticam a mulher “parada”, “indolente”, convidada a exercitar-se e a sair do confinamento do lar, ora lembram e reforçam as necessárias virtudes femininas (a beleza e a “graça”, por exemplo) e o principal papel de cuidadora do lar, marido e filhos. Silvana mostra detalhadamente o quanto a revista se faz didática e pedagógica, em cada artigo publicado, ao

orientar os mínimos gestos da mulher dos anos 30 e 40, indagando o quanto essa história é também história do presente.

Nádia Geisa de Souza, apoiada em Foucault e nos Estudos Culturais, escreve o texto “Representações de corpo-identidade em histórias de vida”, no qual analisa depoimentos de professores e professoras de Biologia sobre seus próprios corpos, seus nomes, os momentos significativos de suas vidas – narrativas mediadas por comentários e observações a respeito de fotos de família e também imagens de revistas. Conceitos como os de identidade e de representação de si são fundamentais para essa análise, em que a autora remete constantemente às enunciações dos professores sobre seus sentimentos de inclusão ou de exclusão (em relação a gênero, raça, etnia, caracteres biológicos herdados, etc.), vividos a partir de marcas dos próprios corpos e das significações sociais atribuídas a essas mesmas marcas. Com seu artigo, Nádia nos faz interrogar sobre a emergência de se produzirem novas percepções sobre nossos corpos e, quem sabe, de se produzirem também outros corpos em nossas práticas cotidianas.

“As mamas como constituintes da maternidade: uma história do passado?” – esse é o instigante título do artigo que compõe nosso Tema em Destaque, escrito por Dagmar Meyer. Trata-se de uma polêmica discussão em torno da “politização do seio feminino”, em que a autora analisa materiais educativos produzidos e veiculados pelo Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno. Mais profundamente, trata-se aqui de um produtivo debate sobre os modos de significação produzidos em nossa cultura, a respeito do que “é” ou o que “deve ser” a maternidade – sentidos que, como sabemos, nos produzem, orientam nossas experiências diárias, alimentam nossas expectativas, povoam nosso imaginário e nos inventam também medos e culpas. A partir de uma breve história sobre como nós, mulheres, fomos durante muito tempo reduzidas à identidade de mães – identidade que, paradoxalmente, mesmo lida como “natural”, a partir do século XIX e especialmente durante o século XX até hoje, passou também à condição de algo a ser ensinado, reforçado, aprendido –, Dagmar mostra detalhadamente como operam os programas oficiais no sentido de por menorizarem e gerenciarem a vida e os corpos das mulheres (e dos bebês), a partir de um sentimento sagrado de maternidade como doação e entrega sem limites e, mais recentemente, a partir inclusive de uma argumentação francamente econômica, de mercado. A autora problematiza esses enunciados e levanta outras questões, para os profissionais envolvidos com educação em saúde: afinal, que sabemos nós dessas mulheres e de como (ou quanto) elas de fato se reconhecem nesse discurso da mãe dádiosa?

Único representante masculino incluído entre os articulistas deste Tema em Destaque, Alex Branco Fraga, em seu artigo “Anatomias do consumo: investimentos na musculatura masculina”, trata de práticas contemporâneas de produção do corpo do homem, especialmente aquelas referidas a um sem-número

de operações com o fim de se obterem músculos fortes, robustos, velozes e resistentes. Segundo o autor, a ausência de limites na produção desse super-corpo (*body building*) invade os campos da engenharia genética, da química, da indústria e da medicina esportiva, ao mesmo tempo que, complementarmente, instaura um regime de violência contra o próprio corpo. Recorrendo a imagens de corpos hipertrofiados da mídia (por exemplo, o personagem Popeye) e a teorizações sobre corpo e cultura (particularmente Donna Haraway e Michel de Certeau, entre outros), Alex disserta com acuidade sobre as representações culturais de homens/heróis, bestas/monstros – esses diferentes que atraem e causam repulsa, tanto quanto estimulam um certo tipo de consumo de identidades, ancoradas hoje nas mais sofisticadas tecnologias.

Last but not least, temos o texto de Rosângela Soares, intitulado “Adolescência: monstrosidade cultural?”. Também aqui os monstros, agora associados aos adolescentes. Apoiada em James Donald e sua teorização sobre o monstro como identidade ameaçada, como exposição de nossas incoerências, Rosângela questiona a essencialização presente em tantos campos disciplinares, nos quais se produzem saberes sobre adolescência e juventude; é a partir dessa essencialização que definimos características físicas e psicológicas, mensuramos e limitamos “fases da vida” e, sobretudo, a partir da qual controlamos e produzimos determinados modos de ser e existir. No texto, o filme *Kids*, de Larry Clark, serve como mote para a autora pensar o tema do monstro-adolescente, esse objeto do desejo adulto (por que não conseguimos nos livrar do culto à juventude?), ao mesmo tempo esse objeto de eterna preocupação e ameaça (que horror estaria na sexualidade adolescente, nas roupas, nos gestos, nos espaços estrangeiros e na música consumidos pelos diferentes grupos de jovens?). Em jogo, portanto, a exposição das não-fronteiras entre o próximo e o distante, entre nós e os Outros.

A temática desenvolvida por Rosângela não está muito afastada da brilhante discussão feita por Silvia Duschatzky e Carlos Skliar, no artigo “Os nomes dos outros: reflexões sobre os usos escolares da diversidade”, que abre a sessão Temas Especiais em Educação. Os autores questionam algumas afirmações contemporâneas, as quais nos impedem de distinguir, por exemplo, diferença e pluralidade (ou diversidade). Para tanto, Silvia e Skliar desenvolvem uma cuidadosa e bem fundamentada argumentação, em que se apresentam três formas de enunciação da diversidade e da alteridade, no imaginário social contemporâneo: “o outro como fonte de todo o mal”, “o outro como sujeito pleno de um grupo cultural” e “o outro como alguém a tolerar”. Norbert Elias, Foucault, Zizek, Teixeira Coelho, Clifford Geertz, entre tantos outros, são chamados a debater conosco esses enunciados. Nas conclusões, os dois autores se perguntam sobre a possibilidade de educar “na” diferença, para além das xenofobias, dos débeis multiculturalismos e da insuficiente tolerância que nos instala na indiferença.

“Formação de professores e escola básica: perspectivas para a pedagogia” – nesse texto, Marlene Ribeiro traz um debate extremamente atual e pertinente: trata-se de uma revisão histórica que estabelece relação entre a qualificação da escola básica e a formação superior dos professores que atuam ou atuarão nesse nível de ensino, feita justamente a partir do Decreto nº 3276/99, o qual legisla sobre os chamados Cursos Normais Superiores. Contrapondo o texto do próprio decreto a uma série de reflexões de teóricos e a propostas produzidas em fóruns como a Conferência Brasileira de Educação, entre outras, a autora argumenta em favor da manutenção dos cursos de Pedagogia, respeitando-se toda a luta histórica pela qualidade e identidade desses cursos, a qual, por sua vez, não se separa da luta por uma sempre melhor educação pública.

A Resenha Crítica deste número conta com a colaboração de Maria Rosa Fontebasso, que escreve sobre o livro de Virgínia Kastrup, *A invenção de si e do mundo*. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Como salienta Maria Rosa, a grande contribuição da autora é a ampliação do conceito de cognição – incluindo-se aí a abertura ao devir e às problematizações, para além da simples resolução de problemas dados, o que implica invenção, não só de si, mas também dos universos coletivos.

Para encerrar nosso número, publicamos, além das súmulas de Dissertações e Teses do PPGEDU/UFRGS, a Carta de Recomendações dos Editores de Periódicos Científicos em Educação, elaborada em seminário realizado no mês de agosto de 2000, em São Paulo, conforme acordado com todos os participantes do evento.

Finalmente, não poderia deixar de registrar um agradecimento especial ao Luís Henrique S. dos Santos e à Maria Isabel Bujes, pela colaboração generosa na tradução e revisão do texto da Deborah Lupton, em parceria com a Dagmar Meyer, aliás, principal responsável pela organização do Tema em Destaque deste número.

Meu desejo é que os leitores e leitoras possam usufruir dos artigos desta edição com o mesmo prazer e atenção que eles mereceram dos membros da Comissão Executiva, dos pareceristas do Conselho Editorial, da capista Vera Gliese e do editor gráfico Aldo Jung (da Central de Produções), bem como das profissionais Tânia Cardoso e Gisela Oliveira, que com entusiasmo acompanham, na secretaria, cada passo da criação desta revista. Olhamo-nos nela como se parte de nós (de nosso corpo também) ali estivesse.

Rosa Maria Bueno Fischer
Editora